



5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial Titular: Paula da Silva Pereira Zaccaron

Rua XV de Novembro, 251 - 4º andar - Centro

Tel.: (XX11) 3101-9815 - Email: 5rtdsp@5rtdsp.com.br - Site: www.5rtdsp.com.br

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

Nº 81.764 de 06/06/2023

Certifico e dou fé que o documento em papel, contendo 16 (dezesesseis) páginas, foi apresentado em 26/05/2023, protocolado sob nº 112.758, tendo sido registrado eletronicamente sob nº 81.764 e averbado no registro nº 30.087 de 24/09/2004 no Livro de Registro A deste 5º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Denominação

M I D E MOVIMENTO INTERNACIONAL DE EDUCACAO

CNPJ nº 07.030.165/0001-55

Natureza:

ALTERAÇÃO DE ESTATUTO

São Paulo, 06 de junho de 2023

Adriana Costa de Souza Buitoni
Escrevente

Este certificado é parte integrante e inseparável do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Just
R\$ 187,26	R\$ 53,32	R\$ 36,45	R\$ 9,87	R\$ 12,81
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 9,01	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,64



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site: servicos.cdtsp.com.br/validarregistro e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qr code.

00211511601214595



Para conferir a procedência do documento efetue a leitura do Code impresso ou acesse o endereço eletrônico: <https://selodigital.tjsp.jus>

Selo Digital

1135894PJFA000026004FD23T



SESPCAP2023008415DM

MOVIMENTO INTERNACIONAL DE EVANGELIZAÇÃO

Avenida: Cangaíba, 4177 nos Fundos - Bairro do Cangaíba - CEP 03711-009, São Paulo, SP

CNPJ: 07.030.165/0001-55

Fundada 29/09/2004



M.I.D.E

ESTATUTO SOCIAL

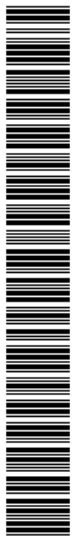
CAPÍTULO I - Da Denominação, Sede e Fins

Art. 1º O MIDE - MOVIMENTO INTERNACIONAL DE EVANGELIZAÇÃO, inscrita na receita Federal sob o CNPJ **07.030.165/0001-55** com sede administrativa na **Avenida: Cangaíba nº 4177 nos Fundos - Bairro do Cangaíba - CEP 03711-009, São Paulo, SP**, neste Estatuto designada simplesmente como **MOVIMENTO**, fundada em 29 de Setembro de 2004, é uma associação civil de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, constituída por tempo indeterminado, qualificada como associação nos termos dos artigos 53 a 61 do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002), que se regerá pelo presente Estatuto.

Parágrafo único - O MOVIMENTO é uma organização sem cunho político, partidário ou religioso, norteadas pelos princípios do respeito aos direitos humanos e garantias fundamentais relacionados à dignidade da pessoa humana e a cidadania contida nas Constituição da República Federativa do Brasil. Com a finalidade sem fins lucrativos, o MOVIMENTO obrigatoriamente reverte todos seus investimentos no desenvolvimento das suas próprias atividades, que serão ofertadas para as pessoas da sociedade civil de forma **totalmente gratuitas, ações essas voltadas à promoção de atividades com relevância pública e social, cujo objetivo está voltado exclusivamente ao interesse público e social.**

Art. 2º - O MOVIMENTO tem por finalidade principal a promoção de serviços e projetos **totalmente gratuitos** de intervenção social nas áreas de atuação da Educação, Saúde, Assistência Social, cuidado ao Idoso, mas também nas áreas do Esporte, Lazer, Cultura, Arte e o Desenvolvimento social, para todas faixas etárias de idade, sem nenhuma discriminação, seja por cor, raça ou gênero. Todas as atividades nas áreas da Educação, Saúde, Assistência Social, e ao Idoso, Esporte, Lazer, Cultura, Artes, Direitos Humanos, serão promovidas de forma totalmente **gratuitos** pelo Movimento, financiadas com seus próprios recursos, observando-se a forma complementar de participação das organizações, para tais atividades que serão executadas através dos projetos e ações abaixo:

- I - Promoção de serviços na área de assistência social, promovendo assistência aos membros das comunidades, e a suas famílias, à infância, a maternidade, à adolescência, aos jovens e aos idosos, garantindo o desenvolvimento econômico e combate à pobreza e a inclusão social totalmente gratuito, com distribuição de renda e alimentos para as famílias necessitadas.
- II - A promoção gratuita da educação observando-se a forma complementar de participação das organizações, no atendimento infantil de crianças de 0 à 5 anos como creches infantis,, até alfabetização de adolescentes, Jovens, Adultos e Idosos como o EJA, e promover uma educação de qualidade, através de projetos de intervenção que estabeleçam a promoção do desenvolvimento social, infantil e cultural, suas diversidades, propiciando melhorias as comunidades desfavorecidos, e proporcionando a mobilização social.
- III - Desenvolver projetos voltados a cultura, o lazer, a ecologia, o meio ambiente e o desenvolvim sustentável totalmente gratuitos, implantar e executar projetos ou programas que amparem o cui Animal e a promoção da preservação do Meio Ambiente e que também organizem atividades e pro que aparem os moradores de ruas, promovam atenção a crianças e adolescentes em situação de ou na rua, projetos na área da habitação totalmente gratuitos.
- IV - De forma totalmente gratuita promover mutirões de vacinação, de acompanhamento médico encaminhamento para os CRAS pesquisas, cursos seminários voltados ao combate à doença e ao de drogas; a promoção e proteção da saúde; promoção gratuita da saúde; observando-se a fi complementar de participação das organizações tanto do cuidado da saúde humana quanto conscientização dos cuidados e adoção e saúde de animais.
- V - Desenvolver projetos ligados a cultura, arte, lazer, esporte e que envolva toda a comunidade ao i sem discriminação de raça, cor, gênero, idade por seus associados e simpatizantes, a promoçã eventos de outras atividades esportivas, culturais e recreativas de educação, socio educa programas contra turno de escolas para crianças , jovens e adolescentes se divertirem, e não expostas as ruas.



SESPCAP2023008415DM

MOVIMENTO INTERNACIONAL DE EVANGELIZAÇÃO

Avenida: Cangaíba, 4177 nos Fundos – Bairro do Cangaíba - CEP 03711-090, São Paulo, SP

CNPJ: 07.030.165/0001-55

Fundada 29/09/2004



M.I.D.E

- VI - Desenvolver, implantar e executar projetos, programas e pesquisas que objetivem a proteção ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e urbanístico, artísticos, turísticos e paisagísticos de forma gratuita, assim como desenvolver projetos de forma cultural como divulgação do patrimônio histórico brasileiro.
- VII - Execução de projetos e obras de empreendimentos habitacionais de interesse social através de programa de construção de moradia em regime de autogestão, com a organização de grupos para a produção habitacional para famílias de baixa renda, mediante a celebração de convênios com órgãos da Administração Pública de forma totalmente gratuitas.
- VIII - Também poderá o MOVIMENTO como finalidades de promover os direitos sociais e humanos promover o atendimento a crianças jovens, adolescentes através da arte, da música, do esporte, da dança e toda diversidade social, junto com a entrega de alimentos para as famílias necessitadas de forma totalmente gratuitas e sem nenhum ônus em troca.

Parágrafo 1º - Para consecução de suas finalidades o MOVIMENTO poderá promover, colaborar, coordenar ou executar ações, programas e projetos que contemplem os seus objetivos sociais, que são:

- I - Assinar convênios com o poder público e privado para cumprimento de suas finalidades;
- II - Promover intercâmbios nacionais e internacionais com entidades ou profissionais, em áreas de interesse do MOVIMENTO.
- III - Buscar recursos na iniciativa privada ou no poder público, de origem nacional ou internacional para desenvolvimento de programas dentro de seus objetivos.
- IV - Promover Pesquisas, cursos, palestras, seminários, vivências, encontros, eventos culturais, grupos de estudos e treinamento nas atividades desenvolvidas pela associação e por seus associados.
- V - Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e outros valores universais.
- VI - Desenvolver a Comunicação e mídia dos trabalhos sociais.

Parágrafo 2º – O MOVIMENTO não remunera de forma alguma, diretamente ou indiretamente os seus associados, conselheiros, diretores e não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social. Não poderão ser beneficiados com bens ou serviços da entidade, bem como a entidade não pode ter interesses privados. Logo, os objetivos sociais da entidade devem ser voltados única e exclusivamente ao interesse público e social.

Art. 3º - No desenvolvimento de suas atividades, o MOVIMENTO atenderá a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de origem social, nacionalidade, raça, cor, idade, sexo ou crença religiosa.

Parágrafo único – O MOVIMENTO se dedica às suas atividades por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ação, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros e a prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins para o bem social e o desenvolvimento e assistencial.

Art. 4º - A fim de cumprir suas finalidades, a instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias às quais se regerão pelas disposições estatutárias e regulamentos internos específicos estudados, elaborados e coordenados pela Diretoria Estatutária do MOVIMENTO.

Parágrafo único - Poderá também a Instituição criar Departamento de Prestação de Serviços para a execução atividades à sua auto sustentação, utilizando todos os meios lícitos, aplicando seu resultado operacional integralmente no desenvolvimento dos objetivos institucionais.

CAPÍTULO II – Dos Associados

Art. 5º - O MOVIMENTO é constituída por número ilimitado de associados, pessoas físicas e jurídicas, na forma estabelecida por este estatuto, classificados em uma das 02 (duas) categorias associativas, assim definidas:

- I. **Associados**, pessoas físicas e jurídicas que contribuem para a execução das finalidades do movimento.
- II. **Colaboradores**, pessoas físicas ou jurídicas que, sem pagamentos, colaborarem com a execução finalidade do movimento; Sem nenhum tipo de benefício.

Parágrafo Único – Os títulos de associados são nominais, individuais, indivisíveis e intransferíveis a qualquer título. Nenhum dos títulos os trará nenhum tipo de benefício dentro da entidade, apenas com caráter de denominar e designar os grupos de associados sem nenhuma distinção entre ambos. Não poderão ser beneficiados com bens ou serviços da entidade, os objetivos sociais da entidade são voltados únicos e exclusivamente ao interesse público e social.

SESPCAP2023008415DM



MOVIMENTO INTERNACIONAL DE EVANGELIZAÇÃO

Avenida: Cangaíba, 4177 nos Fundos – Bairro do Cangaíba - CEP 03711-090, São Paulo, SP

CNPJ: 07.030.165/0001-55

Fundada 29/09/2004



M.I.D.E

Art. 6º - Serão aceitos novos associados a qualquer tempo e poderão filiar-se, pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, independente da origem social, nacionalidade, sexo, raça ou crença religiosa, sem impedimento legal e as pessoas jurídicas através de seus representantes conforme estabelecido neste estatuto.

Parágrafo único - A aprovação do associado está condicionada a aprovação por parte da Diretoria e ao preenchimento por parte do candidato dos seguintes requisitos;

- I- Concordar com o presente estatuto e os princípios nele definidos;
- II- Ter idoneidade moral e reputação ilibada;
- III- Atender aos requisitos de capacidade civil para as pessoas físicas ou regularidade social para as pessoas jurídicas.

Art. 7º - Nenhum associado será impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pelas formas previstos nos estatutos e em lei.

Art. 8º - São direitos dos associados, quites com suas obrigações sociais:

- I- Votar e ser votado para os cargos eletivos nas eleições gerais, na forma prevista neste Estatuto;
- II- Participar das Assembleias Gerais, nela apresentar propostas e votar nos assuntos inerentes desde que preenchidos os requisitos contidos no inciso anterior;
- III- Apresentar novos associados para a aprovação da Diretoria e da Assembléia Geral;
- IV- Solicitar todos os esclarecimentos que lhes pareçam necessários.
- V- Requerer a convocação de Assembléia Geral, na forma prevista neste Estatuto.

Art. 9º - São deveres dos associados:

- I- Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II- Acatar as determinações da Diretoria e as resoluções das Assembleias;
- III- Zelar pelo decoro e bom nome do MOVIMENTO;
- IV- Respeitar todos os associados e zelar pela harmonia entre eles;
- V- Apresentar à diretoria qualquer irregularidade ocorrida, por parte de quaisquer dos associados.

Art. 10 - Dá-se o desligamento do associado:

- I- Mediante seu expresso pedido, encaminhado à diretoria.
- II- Que por má conduta, espírito de discórdia ou falta cometida contra o patrimônio moral ou material do MOVIMENTO, se constituir em elementos nocivos à entidade, ou haja vista caber a exclusão do associado admissivelmente a justa causa conforme determina o Artigo 57 Código Civil.

Parágrafo 1º - O associado que se desligar na forma prescrita no item I deste artigo poderá ser readmitido.

Parágrafo 2º - O associado que deixar de fazer parte do MOVIMENTO não poderá, em nenhuma hipótese, pleitear indenização ou vantagem.

Parágrafo 3º - Nem associados, nem seus herdeiros terão direito sobre os bens do MOVIMENTO.

Parágrafo 4º - As penalidades serão impostas pela Diretoria.

Parágrafo 5º - Sob pena de nulidade a fixação da penalidade deverá, sempre, ser precedida de audiência do associado, o qual deverá produzir por escrito a sua defesa endereçada a Diretoria no prazo de 10 (dez) dias, contado do recebimento da notificação.

Parágrafo 6º - Da decisão da Diretoria caberá recurso à Assembleia Geral.

Art. 11 - Os associados, exceto os da condição de membros da Diretoria e Conselho Fiscal, não respondem mesmo subsidiariamente pelos encargos e obrigações sociais do MOVIMENTO.

CAPÍTULO III – Da Administração

Art. 12- Administração do MOVIMENTO se fará por meio dos seguintes órgãos;

- I- Diretoria
- II- Conselho Fiscal



SESPAP2023008415DM

MOVIMENTO INTERNACIONAL DE EVANGELIZAÇÃO

Avenida: Cangaíba, 4177 nos Fundos – Bairro do Cangaíba - CEP 03711-090, São Paulo, SP

CNPJ: 07.030.165/0001-55

Fundada 29/09/2004



M.I.D.E

Art. 13 – Os cargos eletivos terão seu mandato com duração de **04 (quatro) anos**, sendo permitidas reeleições.

Parágrafo único – O MOVIMENTO não remunera de forma alguma, diretamente ou indiretamente os seus associados, conselheiros, diretores.

CAPÍTULO IV – Da Assembleia Geral

Art. 14 – A Assembleia Geral é o órgão soberano do MOVIMENTO - e compõem-se de todos os associados no gozo de seus direitos, tendo a faculdade de resolver, dentro das leis vigentes e dos dispositivos estatutários, todos os assuntos referentes às atividades e afins do MOVIMENTO.

Art. 15 – A convocação da Assembleia Geral é feita por edital afixado na sede da entidade, designando com antecedência mínima de dez dias, obrigatório conter o dia, a hora, o local, o mês e o ano, da primeira e segunda convocação, e a ordem do dia, os quóruns de instalação, e constar o nome e assinatura do responsável pela convocação.

Art. 16 – Compete à Assembleia Geral:

- I- Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II- Destituir a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- III- Discutir e votar o parecer do Conselho Fiscal sobre o balanço patrimonial, a demonstração dos resultados, a origem e as aplicações de recursos, a movimentação do patrimônio social e as notas explicativas da Diretoria;
- IV- Alterar os Estatutos;
- V- Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VI- Aprovar o Regimento Interno; alterar tempo de mandato e data de eleições.
- VII- Decidir sobre a extinção da entidade nos termos deste estatuto;
- VIII- Discutir e votar o Relatório Anual da Diretoria encaminhado pelo Presidente do MOVIMENTO, relativa às atividades desenvolvidas pela sua Diretoria no exercício social e aprovação de contas;
- IX- Discutir e votar o Relatório de Atividades, desenvolvido pelas diversas áreas do MOVIMENTO, bem como analisar o Plano de Atividades Sociais para o exercício seguinte, a serem encaminhados às autoridades, conforme as determinações da atual legislação de assistência social e saúde em vigor.
- X- Discutir e votar a previsão orçamentária para o exercício seguinte;
- XI- Aprovar a admissão e exclusão de associados;
- XII- Aprovar decisões tomadas pela Diretoria "ad referendum" da Assembleia, sobre os casos urgentes ou omissos no presente estatuto;
- XIII- Discutir todos os assuntos estratégicos e de interesse do MOVIMENTO.

Art. 17 – A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente;

- a) Até o mês de abril de cada ano com o fim de discutir as contas da Diretoria referente ao exercício anterior;
- b) De cada **04 (quatro) anos** com o objetivo da eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Art. 18 – A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente em qualquer época, quando convocada pelo presidente ou por intermédio deste, a pedido:

- I- Da Diretoria, por metade de seus membros;
- II- Do Conselho Fiscal, pela metade de seus membros;
- III- Por um quinto (1/5) dos associados quites com as obrigações sociais.

Art 19- As Assembleias ordinárias e extraordinárias, instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos associados inscritos até a data da mesma, e em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número de associados.

Parágrafo Único – As deliberações das Assembleias serão tomadas pela maioria simples, ou seja, metade mais um dos associados presentes, sendo proibido o voto por procuração.

CAPÍTULO V – Da Diretoria

Art. 20 – A associação será administrada por uma Diretoria composta de **03 (três)** membros, com mandato de **04 (quatro) anos** sendo: Presidente, Diretor Financeiro e Secretário.



SESPCAP2023008415DM



MOVIMENTO INTERNACIONAL DE EVANGELIZAÇÃO

Avenida: Cangaíba, 4177 nos Fundos - Bairro do Cangaíba - CEP 03711-090, São Paulo, SP

CNPJ: 07.030.165/0001-55

Fundada 29/09/2004



M.I.D.E

Art. 21 - O Movimento adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais em decorrência da participação nos processos decisórios;

Parágrafo único: Cabe a administração, fixar o âmbito de atuação do MOVIMENTO, para consecução do seu objeto, aprovar as propostas de contratos de gestão, aprovar as propostas de orçamento do MOVIMENTO e os programas de investimentos, caso haja, o MOVIMENTO não renomeia diretores, associados e nem membros da diretoria. Aprovar o regimento interno do MOVIMENTO, que deve dispor no mínimo sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências e fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas, aprovados demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais do MOVIMENTO, se preciso com o auxílio de auditoria externa.

Art. 22 - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês online ou presencialmente e extraordinariamente quando convocada pelo Presidente ou pela maioria de seus membros para discutir andamentos das atividades.

Parágrafo único: As decisões da diretoria deverão ser tomadas por maioria de votos, devendo estar presentes, na reunião, a maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Presidente, em caso de empate o voto de qualidade e aprovar por maioria de no mínimo 2/3 de seus membros, o regulamento próprio contendo procedimentos que devem se adotar para a contratação de obras e serviços, bem como para compras e alienações, e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade.

Art. 23 - Compete à Diretoria, em conjunto:

- I- Dirigir o MOVIMENTO de acordo com o presente estatuto, e administrar o patrimônio social.
- II- Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as decisões da Assembléia Geral.
- III- Promover e incentivar a criação de comissões com a função de desenvolver atividades que contribuam ao cumprimento da finalidade do MOVIMENTO;
- IV- Representar e defender os interesses de seus associados
- V- Elaborar o orçamento e o programa anual de atividades;
- VI- Apresentar à Assembléia Geral, na reunião anual, o relatório de sua gestão e prestar contas referentes ao exercício anterior;
- VII- Aprovar a entrada de associados e nomear associados para a aprovação da Assembléia Geral;
- VIII- Acatar pedido de demissão voluntária de associados, bem como deliberar sobre a aplicação de penas previstas neste estatuto;
- IX- Estabelecer relações com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum.
- X- Aprovar e encaminhar aos órgãos competentes de supervisor de execução de contratos de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades do MOVIMENTO, elaborados pela diretoria.

Art. 24 - Ao Presidente compete:

- I- Planejar e gerenciar as atividades do MOVIMENTO;
- II- Representar a associação em âmbito nacional e internacional ativa ou passivamente, perante os órgãos públicos, judiciais e extrajudiciais, inclusive em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir procuradores e advogados para o fim que julgar necessário;
- III- Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- IV- Convocar e presidir as Assembléias Ordinárias e Extraordinárias;
- V- **Individualmente**, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques e documentos bancários e contábeis, bem como de qualquer repartição pública, federais, estaduais, municipais ou autárquicas;
- VI- Assinar procurações e demais documentos que impliquem responsabilidade para a associação;
- VII- Organizar relatório contendo o balanço do exercício financeiro e os principais eventos do ano a apresentando-o à Assembléia Geral Ordinária;
- VIII- Contratar funcionários ou auxiliares especializados, fixando seus vencimentos podendo licenciar, suspender ou demitir;
- IX- Enviar em prazo hábil os demonstrativos financeiros para o Conselho Fiscal analisar e emitir parecer.

Art. 25 - Ao Diretor Financeiro compete:

- I- Substituir o Presidente na sua falta ou impedimento;
- II- A execução e o planejamento de todas as atividades de gestão econômico-financeiras do MOVIMENTO;
- III- Controlar em estabelecimentos bancários, juntamente com o Presidente, os valores do MOVIMENTO;
- IV- Conservar sob a sua guarda e responsabilidade o numerário e documentos relativos à tesouraria;
- V- **Individualmente**, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques e documentos bancários e contábeis, bem como de qualquer repartição pública, federais, estaduais, municipais ou autárquicas;
- VI- Supervisionar o trabalho da tesouraria e da contabilidade;
- VII- Apresentar relatório financeiro de receita e despesas, sempre que forem solicitados pela Secretária do Conselho Fiscal.
- VIII- Apresentar ao Conselho Fiscal, os balancetes semestrais e o balanço anual;
- IX- Arrecadar e contabilizar, anualmente, a relação dos bens do MOVIMENTO, contribuições, rendas, auxílios e donativos em dinheiro ou bens, apresentando-a quando solicitado, à Assembléia Geral.



MOVIMENTO INTERNACIONAL DE EVANGELIZAÇÃO

Avenida: Cangaíba, 4177 nos Fundos – Bairro do Cangaíba - CEP 03711-090, São Paulo, SP

CNPJ: 07.030.165/0001-55

Fundada 29/09/2004



M.I.D.E

Art. 26 – Ao Secretário compete:

- I- Assessorar o Presidente no desempenho de suas atribuições;
- II- Substituir o Diretor Financeiro no seu impedimento;
- III- Redigir e manter, em dia, transcrição das atas das Assembléias Gerais e das reuniões da Diretoria;
- IV- Redigir a correspondência do MOVIMENTO;
- V- Manter sob sua guarda o arquivo do MOVIMENTO;
- VI- Dirigir e supervisionar todo o trabalho da Secretaria e assuntos que digam respeito à infraestrutura institucional e administrativa do MOVIMENTO.
- VII- Publicar as notícias das atividades da entidade;

CAPÍTULO VI – Do Conselho Fiscal

Art. 27 - O Conselho Fiscal, será composto por 1 membro eleito juntamente com a Diretoria Executiva com mandato de **04 (quatro) anos**. Podendo haver reconduções ao cargo.

Art. 28 - Ocorrendo vaga no Conselho, a Assembleia se reunirá, no prazo máximo de trinta dias após a vacância, para eleger o novo integrante.

Art. 29 - Ao Conselho Fiscal terá por objetivo indelegável de fiscalizar os atos da Diretoria executiva do MOVIMENTO, com as seguintes atribuições:

- I- Examinar os livros de escrituração do MOVIMENTO;
- II- Opinar e dar pareceres trimestralmente sobre balanços e relatórios financeiros e contábeis, submetendo-os à Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária;
- III- Opinar e dar pareceres sobre operações patrimoniais, submetendo-os à Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária;
- IV- Requisitar ao Diretor Financeiro, a qualquer tempo, a documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela associação;
- V- Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes; por edital afixado na sede da entidade, designando com antecedência mínima de dez dias, obrigatório conter o dia, a hora, o local, o mês e o ano

Art. 30 O Conselho Fiscal extraordinariamente poderá ser convocado por 1/5 dos associados, mediante convocação de assembleia, por edital afixado na sede da entidade, designando, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, onde constará, local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada da realização da Assembleia, ordem do dia, os quóruns de instalação e os nomes e assinaturas de quem o convocou, a fim de dar parecer, sobre atos da diretoria.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal terá até o dia 31 de março para apresentar parecer sobre o relatório anual da Diretoria, o balanço e a prestação de contas referente ao ano anterior.

Parágrafo 2º - O Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo três vezes a cada ano, e extraordinariamente a qualquer tempo.

Parágrafo 3º - Os Conselheiros não receberão remuneração pelos serviços prestados.

Parágrafo 4º - Os Conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria administrativa da entidade, de renunciar ao assumirem as correspondentes funções executivas.

Parágrafo 5º - Os Conselheiros e Diretores do MOVIMENTO não poderão exercer outra atividade remunerada, com sem vínculo empregatício, na mesma entidade, exceto o empregado porventura eleito como representante empregados.

Parágrafo 6º - O dirigente máximo do instituo deve participar das reuniões do Conselho, sem direito a voto.

Art. 31 - As deliberações tomadas e pareceres emitidos pelo Conselho Fiscal será validado e aceito pela diretoria MOVIMENTO e registrado em livro próprio de atas.

CAPÍTULO VII – Das eleições

Art. 32- A Diretoria e o Conselho Fiscal serão eleitos em Assembléia Geral Ordinária e com mandato de **04 (quat** anos, pelo voto.

Parágrafo primeiro - No caso de empate, será considerado eleito o candidato que for o associado mais antigo MOVIMENTO, e, no caso de novo empate, o mais idoso.

Parágrafo segundo - No caso da apresentação de uma única chapa a Assembléia poderá optar pelo sistema de aclamação



SESPCAP2023008415DM

MOVIMENTO INTERNACIONAL DE EVANGELIZAÇÃO

Avenida: Cangaíba, 4177 nos Fundos – Bairro do Cangaíba - CEP 03711-090, São Paulo, SP
CNPJ: 07.030.165/0001-55

Fundada 29/09/2004



M.I.D.E

Art. 33 – Somente poderão ser candidatos para preencher qualquer dos cargos do MOVIMENTO, aqueles que se destacarem-se pelo zelo e interesse e que estejam enquadrados na categoria de **ASSOCIADOS** e possuam na época da eleição, período mínimo de filiação de 12 (doze) meses para o cargo de Presidente, e de "6" (seis) meses para o Conselho e 3 (três) meses para os demais cargos, além de estarem em pleno direito do exercício e gozo de suas faculdades e prerrogativas de associado.

Art. 34 – As eleições poderão ser realizadas até o dia anterior ao encerramento do mandato da Diretoria e o Conselho Fiscal, em Assembleia Geral Ordinária especialmente convocada para tal finalidade e, em data previamente fixada e sendo até o dia anterior ao encerramento do mandato da Diretoria e o Conselho Fiscal. A Diretoria e o Conselho Fiscal, eleitos e empossados em data fixada na presente Assembleia, sem outras formalidades.

Art. 35 – Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal poderão ser reeleitos quantas vezes forem os mais votados na Assembleia de eleição ou em caso de chapa única por aclamação, não havendo limite de mandato para reeleição.

Art. 36 – Somente poderão votar os associados que estiverem no pleno exercício e gozo de suas faculdades e prerrogativas de associados e estejam conforme descrito anteriormente neste Estatuto, e que possuam no mínimo 03 (três) meses de filiação.

CAPÍTULO VIII – Da perda de mandato

Art. 37 – A perda de mandato de membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal será determinada pela Assembleia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado;

- I- Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- II- Grave violação do patrimônio social;
- III- Aceitação do cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce na associação;
- IV- Conduta duvidosa.

Art. 38 – Definida a justa causa, o diretor ou conselheiro será comunicado através de notificação extrajudicial dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia à Diretoria, no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação.

Art. 39 – Após o decurso de prazo descrito no artigo anterior, independentemente da apresentação da defesa será submetida à Assembleia Geral Extraordinária devidamente convocada para esse fim, quando também será garantindo o amplo direito de defesa.

CAPÍTULO IX – Da Renúncia

Art. 40– Em caso de renúncia de qualquer membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal, o cargo será preenchido em uma próxima assembleia específica;

Art. 41– O pedido de renúncia se dará por escrito, devendo ser protocolado na secretaria do MOVIMENTO.

Art. 42 – Ocorrendo a renúncia coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal, o Presidente renunciante, qualquer membro da Diretoria ou, em último caso, qualquer dos associados, poderá convocar a Assembleia Geral Extraordinária que e uma comissão provisória composta por 03 (Três) membros que administrará a associação e fará realizar eleições, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da referida Assembleia. Os diretores e conselheiros eleitos, nestas condições, complementarão o mandato dos renunciantes.

CAPÍTULO X – Das Fontes de Recurso

Art. 43- Constituem fontes de Receitas do MOVIMENTO:

- I- Contribuições de associados contribuintes;
- II- Doações, legados, bens e valores adquiridos e suas possíveis rendas;
- III- Aplicações financeiras;
- IV- Aluguéis ou rendimentos do patrimônio



SESPCAP2023008415DM

MOVIMENTO INTERNACIONAL DE EVANGELIZAÇÃO

Avenida: Cangaíba, 4177 nos Fundos – Bairro do Cangaíba - CEP 03711-090, São Paulo, SP

CNPJ: 07.030.165/0001-55

Fundada 29/09/2004



M.I.D.E

CAPÍTULO XI – Do Patrimônio Social

Art. 44 - O patrimônio social do MOVIMENTO é formado:

- I- Pelos bens imóveis que possui, bem como pelos que forem adquiridos por compras, doações e legado;
- II- Por outros bens e direitos, tais como: saldos de numerários em contas bancárias, aplicações financeiras e outros;
- III- Pela dedução do passivo exigível de curto e longo prazo, assumido pela associação devidamente registrada e demonstrado contabilmente de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e em específico pela aplicação de método de registro das operações e transações pela competência de exercício social.

Art. 45 - O MOVIMENTO não distribui entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente e obrigatoriamente na consecução do seu objetivo social e em suas atividades.

Parágrafo único - É expressamente proibido a distribuição de bens ou parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado, membro ou administrador do MOVIMENTO.

Art. 46 - O MOVIMENTO não constituirá patrimônio exclusivo de um grupo determinado de indivíduos, famílias, entidade de classe ou de associação ou sociedade ou associação sem caráter beneficente de assistência social.

Parágrafo único - O MOVIMENTO terá a incorporação integral de seu patrimônio, dos legados, ou das doações que lhe foram destinados, bem como seus excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, e que em caso de extinção ou desqualificação que os bens incorporam ao patrimônio de outra organização social qualificada, da mesma área de atuação, ou para o poder público em suas proporções de recursos e bens por ele alocado nos termos de contrato de gestão.

CAPÍTULO XII – Da Contabilidade, Prestação e Aprovação de contas

Art. 47 - O MOVIMENTO aplicará as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas, e cujo objeto social são voltados exclusivamente ao interesse público e social.

Art. 48 - O MOVIMENTO sempre aplicará em suas escriturações fiscais e em sua contabilidade os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, considerando completamente e "in verbis" a redação dada pela Lei nº13.204 de 2015.

A prestação e aprovação de contas do MOVIMENTO observará;

- I- Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II- A Aprovação das Contas, se dê publicidade por qualquer meio eficaz, se faz necessária conforme Art. 54 do Código Civil, inciso VII, que acontecera no encerramento do exercício fiscal, junto ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição em sua sede para o exame de qualquer cidadão;
- III- A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV- A prestação de contas de todos os recursos e bens será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal, de modo a atender a todas as normas regulamentadoras do Art. Código Civil, inciso VII para a aprovação das contas.
- V- As contas do MOVIMENTO serão fiscalizadas pelo Conselho Fiscal, que emitira parecer sobre o término de cada ano fiscal, encaminhando-as e seu parecer a assembleia geral ordinária e apreciara e sobre eles deliberará

Art. 49 - O movimento aplicará suas receitas, rendas, rendimentos, doações e eventual resultado operacional ("superávit") apurado em suas demonstrações contábeis, no desenvolvimento das suas próprias atividades integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais observando-se a forma complementar de participação das organizações.

CAPÍTULO XIII – Da Reforma Estatutária

Art. 50 - O presente Estatuto social poderá ser reformado no tocante à administração, no todo ou em parte, em qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária que é composta por todos os associados, especialmente convocada para este fim, e como sendo composta de todos os associados, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com qualquer número de associados.



SESPCAP2023008415DM

MOVIMENTO INTERNACIONAL DE EVANGELIZAÇÃO

Avenida: Cangaíba, 4177 nos Fundos – Bairro do Cangaíba - CEP 03711-090, São Paulo, SP

CNPJ: 07.030.165/0001-55

Fundada 29/09/2004



CAPÍTULO XIV– Da Dissolução e Perda da Qualificação

Art. 51 – O movimento poderá ser dissolvido, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, em face de impossibilidade da manutenção de seus objetivos sociais ou desvirtuamento de suas finalidades estatutárias ou, ainda, por carência de recursos financeiros e humanos, mediante deliberação da Assembleia Geral Extraordinariamente convocada para este fim, composta por todos associados em dia com suas obrigações sociais, e como sendo composta de todos os associados, não podendo ela deliberar sem voto de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada uma hora após a primeira com a presença de, no mínimo 1/3 (um terço) dos associados.

Parágrafo único – No caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta. Na hipótese do Movimento perder a qualificação, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99 e alcançada pela lei 13.204 de 2015, e que preferencialmente tenha o mesmo objeto social;

CAPÍTULO XV– Das Disposições Gerais

Art. 52 – O exercício social compreenderá o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Art. 53 – Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

Art. 54 – O presente Estatuto obedece ao disposto no Art. 33 da Lei nº 13.204/2015 concernente aos dispositivos obrigatórios para a celebração de parcerias prevista na referida Lei.

Art. 55 – Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, para discussão judicial de quaisquer assuntos relacionados com o MOVIMENTO e o presente Estatuto.

SÃO PAULO, 10 de ABRIL de 2023.


RICARDO AUGUSTO NOVAIS SILVA
PRESIDENTE



SESPCAP2023008415DM

CAPÍTULO XIV - Da Dissolução e Partes da Qualificação

Art. 81 - O movimento poderá ser dissolvido, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, em face da impossibilidade de manutenção de suas atividades sociais ou econômico-financeiras, mediante deliberação da Assembleia Geral, por maioria absoluta dos membros, ou por maioria de 2/3 (dois terços) dos membros, quando em primeira chamada, com a maioria absoluta dos membros em segunda chamada, uma hora após a primeira convocação, ou no mínimo 1/3 (um terço) dos associados.

Parágrafo único - No ato da dissolução do entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outro pessoa jurídica qualificada, nos termos da Lei nº 9.790/99, ou extinguido, optando-se pelo mesmo objeto social da entidade, ou pelo objeto de atividade econômica, ou pelo objeto de prestação de serviços, ou pelo objeto de atividade de natureza pública, desde que o patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica qualificada, nos termos da Lei nº 9.790/99 e alcançada pela Lei 13.204 de 2015, e que legalmente tenha o mesmo objeto social.

CAPÍTULO XV - Das Disposições Gerais

Art. 82 - O estatuto social compreenderá o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Art. 83 - O cargo de Diretor no presente Estatuto será reservado para Diretores e referendados pela Assembleia Geral.

Art. 84 - O presente Estatuto obedecerá ao disposto no Art. 23 da Lei nº 13.204/2015, conforme os dispositivos o estatuto para a elaboração de estatutos prevista na referida Lei.

Art. 85 - Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, para discussão judicial de quaisquer assuntos relacionados com o MOVIMENTO e o presente Estatuto.

SÃO PAULO, 10 de ABRIL de 2023

TABELIÃO DE NOTAS

Rua Marconi, 124 • 1º ao 6º andar • CEP 01047-000 • São Paulo
Telefone: (11) 3258-2611 - Fax: (11) 2174-6858
www.nonocartorio.com.br

Reconheço a 1 firma sem valor econômico por semelhança de RICARDO AUGUSTO NOVAIS SILVA, do que dou fé.

Em tes. da verdade. DENNI DIE ALI ANSAR TEP -
São Paulo/Capital, 1 de junho de 2023. Valor recebido R\$ 8,00
Válido somente com selo de autenticidade. Selos pagos por verba

